

9. PROPOSTA - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS:

Submete-se proposta relativa a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, proposta essa que se anexa.

Proposta

1. Entrou em vigor, no passado dia 17 de agosto, a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, **a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais**, a qual estabelece, no seu artigo 1º, *“o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”*.

2 Tratando-se de uma Lei-Quadro, o diploma legal prevê, no seu artigo 4º, que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa serão concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar.

3. Ainda que, nos termos do mesmo artigo 4º, seja definida a data de 15 de setembro de 2018 como prazo limite para os órgãos deliberativos das autarquias locais e das entidades intermunicipais se pronunciarem relativamente à sua intenção de assumirem as novas competências já em 2019, o certo é que, no artigo 44º da mesma lei, se faz depender a produção de efeitos da mesma lei (a sua eficácia) da aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial¹.

4. Até ao momento da elaboração da presente proposta, foram publicados 11 diplomas sectoriais, sendo que 9 tem impacto direto nos municípios, 4 nas entidades intermunicipais e 1 nas freguesias. Todos os diplomas legais sectoriais contêm uma norma sobre o prazo limite para os órgãos deliberativos das entidades se pronunciarem sobre a intenção de assumirem, já em 2019, as competências a transferir, com o seguinte teor:

¹ É que, nos termos da Lei-Quadro, a transferência de atribuições e competência será obrigatória e universal a partir de 2021. Nos anos de 2019 e 2020 caberá a cada município, entidade intermunicipal e freguesia decidir se pretende receber as competências a transferir.



Artigo 9.º

Produção de efeitos

1 - O presente decreto-lei produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, de 20 de agosto, e do disposto no número seguinte.

2 - Relativamente ao ano de 2019, os municípios e as entidades intermunicipais que não pretendam exercer as competências previstas no presente decreto-lei comunicam esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos, até 60 dias corridos após entrada em vigor do presente decreto-lei.

5. Assim, os prazos para as tomadas de decisão pelo órgão deliberativo sobre a intenção de se assumir, já em 2019, as competências e atribuições transferidas pelo Governo varia em função da entrada em vigor de cada um dos diplomas sectoriais. O mapa que se anexa á presente proposta explicita os vários prazos em causa.

6. Posto isto, e considerando que:

- O Município de Braga aprovou já o Orçamento e GOPs para o ano de 2019, sendo certo que as transferências das competências, a serem assumidas, teriam um impacto substancial sobre a execução orçamental no próximo ano;
- o regime financeiro das autarquias locais (RFALEI) aprovado pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, apesar prever a criação do novo Fundo de Financiamento da Descentralização – FFD - (artigo 30.º-A), não concretiza como será definido e distribuído este Fundo, nem como, por exemplo, se garantirá a sua articulação com o Fundo Social Municipal, criado em 2007 e que serviu para financiar a primeira fase de transferência de competências para as câmaras em áreas sociais;
- o mesmo RFALEI prevê, no artº 80-B, que as transferências dos recursos financeiros a atribuir às autarquias locais para prossecução das novas transferências serão previstas nas respetivas Leis do Orçamento, pelo que, neste momento, existe uma total incerteza sobre tais recursos.
- As transferências das novas competências terão um enorme impacto na gestão dos serviços da autarquia, em termos de implicações financeiras, humanas e organizacionais, sendo certo que irão implicar uma profunda alteração no próprio mapa de pessoal da autarquia e mesmo reestruturação orgânica e respetiva alocação de recursos financeiros, cujos contornos ainda não são possíveis de definir nesta fase, pois ainda não foram transferidas todas as competências previstas na Lei-Quadro;

R

- O processo de transferência das competências implica a alocação de recursos pela Administração Central, mas também a assunção de eventuais dívidas por parte das entidades da Administração Local, como resulta claro do artigo 80-D do RFALEI, dívidas estas que são totalmente desconhecidas neste momento;

Todas estas considerações conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses da autarquia e da população do concelho de Braga, não se devam assumir no ano de 2019 as competências transferidas pelo Governo até ao momento. Nos termos do artigo 4º, nº 2, al. b) da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, será feita a reavaliação da situação, por forma a que, para o ano de 2020, se possa tomar decisão durante o mês de junho de 2019.

Nestes termos, propõe-se que seja deliberado comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Braga não pretende, para o ano de 2019, assumir as competências transferidas pelos seguintes diplomas legais:

DL nº 97/2018, de 27 de novembro: transferência de competências no domínio das prais marítimas, fluviais e lacustres;

DL 98/2018, de 27 de novembro: transferência de competências no domínio da autorização da exploração das modalidades afins de jogos de fortuna e azar e outras formas de jogo;

DL 100/2018 de 28 de novembro: transferência de competências no domínio das vias de comunicação;

DL 101/ 2018, de 29 de novembro: : transferência de competências no domínio da justiça;

DL 103/2018 de 29 de novembro: transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários;

DL 104/2018 de 29 de novembro: : transferência de competências no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão;

DL 105/2018 de 29 de novembro: : transferência de competências no domínio da habitação;

DL 106/2018, de 29 de novembro: : transferência de competências no domínio da gestão do imobiliário público sem utilização;

R

DL 107/2018, de 29 de novembro: : transferência de competências no domínio do estacionamento público.

Relativamente às transferências de competências para as entidades intermunicipais, e atendendo a que, nos termos dos diversos diplomas sectoriais que concretizam as mesmas transferências, o exercício das competências transferidas depende de prévio acordo de todos os municípios que as integrem, acordo este que é da competência do órgão deliberativo de cada município que integram a CI, propõe-se que não seja dado o acordo para o exercício das novas competência pela Comunidade Intermunicipal do Cávado relativamente às competências transferidas pelos seguintes diplomas:

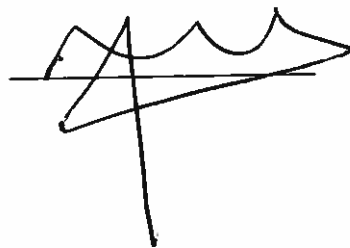
DL 99/2018, de 28 de novembro: : transferência de competências no domínio da promoção turística;

DL 101/ 2018, de 29 de novembro: transferência de competências no domínio da justiça;

DL 102/2018, de 29 de novembro: transferência de competências no domínio projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimentos;

DL 103/2018 de 29 de novembro: transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários;

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



**DELIBERAÇÕES AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO
PRAZOS PARA COMUNICAÇÃO À DGAL**

Entidade	Área setorial	Prazo de comunicação de não aceitação da transferência em 2019 (contados 5 dias após publicação DI)	Diploma	Domínio/ Competências	Data de publicação	Data de entrada em vigor	Data termo da comunicação à DGAL de não aceitação
Municípios	Exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar	60 dias	Decreto-Lei n.º 98/2018, de 27/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo	27/11/2018	02/12/2018	31/01/2019
Municípios	Praias	60 dias	Decreto-Lei n.º 97/2018 de 27/11/2018	Gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado	27/11/2018	02/12/2018	31/01/2019
Municípios	Justiça	60 dias	Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Municípios	Associações de Bombeiros	60 dias	Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Municípios	Habitação	60 dias	Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Municípios	Estruturas de Atendimento ao Cidadão	60 dias	Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da instalação e gestão de lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Municípios	Vias de comunicação	60 dias	Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação	28/11/2018	03/12/2018	01/02/2019
Municípios	Património imobiliário público sem utilização	60 dias	Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Municípios	Estacionamento Público	60 dias	Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Entidades intermunicipais	Fundos europeus e captação de investimento	60 dias	Decreto-Lei n.º 102/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Entidades intermunicipais	Justiça	60 dias	Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Entidades intermunicipais	Associações de Bombeiros	60 dias	Decreto-Lei n.º 103/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da participação na definição da rede dos quartéis de Bombeiros Voluntários e na elaboração de programas de apoio às suas atividades	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019
Entidades intermunicipais	Turismo	60 dias	Decreto-Lei n.º 99/2018, de 28/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação	28/11/2018	03/12/2018	01/02/2019
Freguesias	Estruturas de Atendimento ao Cidadão	60 dias	Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29/11/2018	Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da instalação de Espaços Cidadão	29/11/2018	04/12/2018	02/02/2019

R